

MOORE E A CRÍTICA AO NORMATIVISMO ÉTICO: O PAPEL DO VALOR INTRÍNSECO

Denis Coitinho Silveira

Universidade Federal de Pelotas

Abstract: The aim of this paper is to analyze the Moore's critique of the ethical normativism, emphasizing his criticism of the naturalistic fallacy. To this end, I will analyze the work *Principia Ethica*, emphasizing three aspects: intuitionism, utilitarianism and hedonism.

Keywords: Moore, ethical normativism, intrinsic value.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a crítica feita por Moore ao normativismo ético, destacando sua crítica à falácia naturalista. Para tal fim, analisarei a obra *Principia Ethica*, destacando três aspectos centrais: intuicionismo, utilitarismo e hedonismo.

Palavras-chave: Moore, normativismo ético, valor intrínseco.

Introdução

A obra *Principia Ethica*, de 1903, é um marco da teoria ética analítica. Tem uma compreensão da ética como ciência teórica e que se distingue da compreensão ética enquanto prática, como a defendida por Aristóteles e Kant, por exemplo. Faz uma análise da natureza dos juízos morais utilizados pelas teorias normativas, identificando o uso inapropriado de “bom” no sentido moral. A ética passa a ser vista como ciência teórica que deve depurar a linguagem moral, isto é, refletir e analisar o que é dito pela moral e não, principalmente, dizer algo no âmbito normativo. Estamos no limiar da ética entendida como metaética, que busca realizar uma análise científica da linguagem moral. Moore faz uma crítica à base comum metafísica de toda ética, em razão da existência de uma falácia em todas as definições de bom,

criticando as teorias de valor empiristas ou naturalistas, defendendo uma concepção quase platônica dos valores intrínsecos como objetos abstratos, desligados de toda empiria, sendo tão reais como qualquer objeto empírico.

Moore critica o normativismo pela identificação da falácia naturalista na maior parte das teorias éticas que determinam o que fazer identificando a ação correta com o que é bom, não diferindo daquilo que é bom em si mesmo daquilo que é bom como meio para algo. A tese central de Moore é a da irredutibilidade dos juízos de valor intrínseco, isto é, da inanalísabilidade de “bom”, pois ao tentar fundamentar o bom geralmente se encontra um fundamento que é um fato, um dado natural ou metafísico, que não é “bom” nem “mau” no sentido propriamente ético. Isto implica em pensar que de um mundo empírico, fenomênico, não é possível inferir logicamente qualquer valor moral intrínseco. Todas as teorias que realizaram esta inferência de “bom” de algo que não é “bom” cometeram a falácia naturalista, como o utilitarismo hedonista, que afirma que o bom é o prazer, e isto representa afirmar que o prazer é bom pelas propriedades mesmas de prazer, que é a felicidade, bem-estar. Crítica o hedonismo, o naturalismo e a metafísica ao tratar da especificidade do valor intrínseco de “bom”. A bondade não é uma propriedade natural ou metafísica. Seu antinaturalismo está vinculado a uma visão platônica, em que as verdades relativas aos valores não têm relação com as coisas com existência espaço-temporal, como propriedades naturais.

O objetivo do texto é analisar as características gerais da concepção de ética como ciência teórica defendida por Moore em *Principia Ethica*, destacando três eixos centrais da reflexão: a metafísica do valor, com a identificação de bom como simples e indefinível e a falácia naturalista; o utilitarismo ideal como critério da conduta moral, que determina que a ação correta é a que proporciona o melhor resultado possível; os ideais pessoais de amor e arte como fim último e racional da ação humana e único critério de progresso moral. Quero analisar a concepção de ética científica defendida em *Principia Ethica*, que tem o objetivo de tornar a ética uma ciência teórica que examina a natureza e a especificidade dos juízos morais, descobrindo quais os princípios fundamentais do raciocínio ético, sendo uma investigação geral do que é bom, sendo já compreendida enquanto metaética; também, identificar a definição de bom como indefinível, simples e que é inalisável e apontar para a falácia naturalista que é cometida quando há a identificação de B (bom) com um predicado que não B, predicado analisável, natural ou

metafísico; compreender sua defesa de um utilitarismo ideal que determina que a ação correta deve ser aquela que acarreta os melhores resultados (conseqüências) possíveis, quando estas não são apenas maximização do prazer e destacar a defesa dos ideais de amor e arte como aquilo que é bom em si mesmo, que têm valor intrínseco, isto é, como fim último e racional da ação humana e único critério de progresso social.

Por fim, quero problematizar dois aspectos da teoria de Moore. Em primeiro lugar, a questão é saber qual é a relação lógica entre os três eixos da obra, entre o “intuicionismo” do valor intrínseco de bom, o utilitarismo-conseqüencialista como critério de conduta moral e a defesa dos ideais de amizade e de apreciação estética: existe alguma necessidade lógica ou há uma independência? A segunda questão está direcionada ao estatuto de sua teoria normativa (teoria ética substantiva), âmbito prático, já que a ética tem a finalidade de transformar-se em uma ciência minimamente científica: (1) o utilitarismo defendido por Moore não permite um certo excesso de atos que podem ser realizados, já que a avaliação é realizada somente pelos resultados? Não assume uma posição muito conservadora ao assimilar toda a moralidade de senso comum? (2) Qual a justificativa apresentada para considerar apenas os valores do amor e arte como único fim da ação humana e critério do progresso social, não incluindo valores como o da individualidade e cidadania.

I *Principia Ethica* e a Metaética

A metaética é uma investigação que tem a tarefa básica de elucidar a linguagem da moral, fazendo uma análise lógico-conceitual da linguagem das teorias normativas, bem como das teorias de ética prática. Para oportunizar uma visão introdutória da metaética é importante verificar como ela se situa no âmbito da investigação ética como um todo. A ética é a reflexão filosófica sobre a moralidade, sobre o *éthos* (costumes sobre o “bom” e “mau”), sendo a justificção sobre as crenças de valoração moral. Esta análise é especulativa, não é experimental como uma análise científica. Essa reflexão sobre a justificção da moralidade compreende-se em três dimensões distintas que estão intimamente relacionadas: 1) metaética: reflexão sobre a forma e a natureza da ética, é a reflexão sobre a linguagem da ética (semântica moral: preocupação com o significado da linguagem moral [cognitivistas e não-cognitivistas], ontologia moral: preocupação em saber se há fatos morais

[realistas e anti-realistas], epistemologia moral: quer saber se existe conhecimento moral [não-ceticismo e ceticismo]). Exemplos de questões relevantes para a metaética: (a) saber se a ética deve se constituir como uma ciência ou se não pode ser vista como uma atividade científica qualquer, (b) saber se é possível inferir juízos morais, que são prescritivos (normativos), de juízos descritivos, que apenas indicam fatos ou (c) saber se são os princípios ou as virtudes que devem ser tomados como categorias morais fundamentais; 2) ética normativa: preocupação em estabelecer um critério para determinação do “bom” e “mau”, “correto” e “incorreto” e demais termos valorativos, sendo que os principais critérios defendidos são os princípios ou virtudes. A parte normativa da ética busca responder a questões práticas fundamentais, como que devo fazer?; como devo viver? Estas teorias constituem a parte mais abstrata do que se conhece por ética normativa, quer dizer, a parte da ética relativa à orientação de conduta. Os modelos principais são o teleológico e deontológico. Para as éticas teleológicas (hedonismo, eudaimonismo, epicurismo, utilitarismo), o bem é aquilo para o qual todas as ações e escolhas tendem, postulam um fim e as ações são morais se conduzem a esses fins, sendo uma deliberação sobre meios. No utilitarismo, por exemplo, o fim é a felicidade para o maior número de pessoas (Hume, Mill, Bentham, Sidgwick). Para as éticas deontológicas, a orientação da ação se dá a partir de um princípio fundamental como o imperativo categórico, que pressupõe a universalização das regras do agir, autonomia do agente e o respeito pela pessoa (Kant e contemporaneamente, Rawls, Habermas e Tugendhat, por exemplo); 3) ética prática: preocupação com a conduta humana e suas conseqüências no âmbito das ciências da vida e da saúde, analisadas à luz dos valores e princípios morais. É a aplicação da reflexão ética a questões como âmbitos concretos de interesse prático, sendo a contrapartida das teorias normativas. Discute questões práticas a partir de um princípio (kantiano, utilitarista ou utilitarista-kantiano, como Hare), podendo servir de teste para as teorias normativas, revelando sua razoabilidade e plausibilidade para a vida boa. Está dividida em: ecoética (uso dos recursos naturais, biodiversidade), bioética (aborto, eutanásia, transgenia, pesquisa com animais humanos e não-humanos, suicídio), ética econômica (distribuição dos bens), ética profissional (conduta profissional).

No âmbito da metaética, a preocupação se dá sobre a linguagem moral em três níveis, a saber: semântico, otológico e epistêmico, com uma divisão essencial entre os que acreditam na objetividade da linguagem moral

(objetivistas) e entre os que não acreditam nesta objetividade (anti-objetivistas). Na investigação sobre a semântica moral, temos que ela se ocupa do significado da linguagem moral com duas posições básicas: 1) cognitivistas, que defendem que a linguagem moral é proposicional com sentido veritativo e os anti-cognitivistas, que afirmam que a linguagem moral é apenas emotiva, isto é, expressão das emoções humanas (emotivismo). A ontologia moral, por sua vez, quer saber se há fatos morais ou não e está dividida também entre duas posições básicas: 1) realismo, que afirma a existência de fatos morais independente das crenças de cada um, realismo que pode ser relacional ou não-relacional, a exemplo do naturalismo e 2) anti-realismo, que se posiciona dizendo que não há fatos morais, sendo os juízos morais apenas expressões de emoções. Por fim, no âmbito da epistemologia moral, a questão básica de investigação é saber se existe conhecimento moral ou não, com duas posições básicas opostas: 1) não-ceticismo, que afirma que o conhecimento moral é possível, como o intuicionismo, por exemplo e 2) ceticismo, que afirma que não há o conhecimento moral, como o relativismo e o subjetivismo.

A metaética trata da natureza da ética e isto representa que seu ponto de partida é a incerteza sobre o que se está fazendo quando são formulados juízos éticos ou se realiza uma argumentação ética. O que se tenta fazer é determinar os fatos, como poderia fazer um cientista, ou expressa os sentimentos individuais ou do conjunto da sociedade? Em que sentido podem ser verdadeiros ou falsos os juízos morais? O estudo destas questões oportunizou o desenvolvimento de teorias que diferem das teorias normativas que pretendem ser um guia de conduta. Não são tanto teorias de ética mas são teorias sobre a ética. Por esta razão, este ramo de investigação moral se conhece como metaética, termo que sugere que não se está imerso na ética mesma, mas que é possível examiná-la como de fora, considerando o que ela é exatamente, que normas argumentativas podem ser aplicadas, de que modo é possível que os juízos éticos sejam verdadeiros ou falsos e qual pode ser sua fundamentação, se é que isto é possível (SINGER, 1991, p.11-12).

A metaética teve como marco de seu início a publicação da obra *Principia Ethica*, de G. E. Moore, em 1903, que faz uma investigação da moralidade a partir de uma análise lógica, conceitual e epistemológica do discurso moral. Como metaética, a ética não diz o que se deve fazer ou não fazer, mas analisa o que se faz ao falar do que se deve fazer, embora Moore apresente uma teoria normativa nos capítulos V e VI. A tarefa do filósofo da

moral não é dizer em primeira ordem, pois isto seria o caso do moralista, mas fazer um discurso sobre o discurso moral (discurso de segunda ordem). É uma tarefa científica, o que vincula a ética estreitamente com a teoria e a distancia da esfera prática. A metaética é uma palavra técnica da filosofia, criada no início do século XX no âmbito da virada lingüística (*linguist turn*), tendo como base a dicotomia linguagem/metalinguagem, esclarecendo que quando a linguagem deixa de ser usada como meio de comunicação passa a ser interpretada enquanto objeto (linguagem-objeto) de uma metalinguagem. A finalidade da metaética parece ser a de elucidar a linguagem da ética normativa, discutindo seus fundamentos. A metaética é um discurso metalingüístico, porque não está voltado para questões tais: “Como devemos nos comportar?”; “O que devemos fazer?”; “O que é a felicidade ou a finalidade da vida?”. Estas são questões típicas da teoria normativa. A metaética tem como objeto o discurso ético e quer investigar questões tais como: “Como se caracteriza o discurso ético?”; “Qual a diferença entre um juízo de valor e um juízo de fato?”; “É possível a passagem (inferência ou dedução) de juízos descritivos para juízos prescritivos?”. Geralmente proposições metaéticas são (a) proposições de caráter metodológico e (b) proposições destinadas a esclarecer os conceitos usados pelas teorias éticas (GUERREIRO, 2003, p. 154).

Essa distinção entre uma teoria normativa e uma metaética no interior de uma teoria ética que investiga sobre a moralidade se deu recentemente, provavelmente a partir do início do século passado, a partir das investigações ligadas à filosofia analítica de tradição anglo-germânica. Até então, se considerarmos as teorias éticas clássicas de Platão e Aristóteles ou modernamente as teorias de Kant e Mill, é possível perceber as duas dimensões, pois temos as considerações que se dirigem para os objetos de seu interesse cognitivo (proposições a respeito dos objetos) e, também, as considerações para o instrumento empregado na abordagem dos mesmos (proposições a respeito do instrumento). Entretanto, ao que tudo indica, esta parte de elucidação da própria linguagem da teoria normativa é minoritária e inteiramente subordinada à teoria normativa.

A metaética surge no contexto da virada lingüística (*linguist turn*), quando se procurou superar o paradigma metafísico da consciência e construir uma nova filosofia a partir da elucidação lógica da própria linguagem. Assim, é possível compreender a metaética como uma resposta ao desafio do Círculo de Viena: deixar a ética de lado por ser uma disciplina

em que suas proposições carecem de sentido ou procurar mostrar qual o sentido das proposições éticas e os fundamentos do discurso ético. O próprio fundador do Círculo de Viena, Moritz Schlick, enfrentou o desafio ao voltar-se para questões metaéticas, concentrando sua atenção nos fundamentos da moral e na elucidação dos conceitos usados no discurso ético (GUERREIRO, 2003, 155). A ética passa a ser vista como uma ciência teórica e não mais como queria Aristóteles e Kant, como uma ciência prática, pois a forma do raciocínio utilizado é o teórico (intelectualismo), porque a metaética tem que ser considerada como filosofia teórica e não como filosofia prática, em razão de sua capacidade demonstrativa. Também Ayer desenvolveu um pensamento muito semelhante a Schlick dizendo que existe uma distinção entre a atividade do moralista, que está voltado na elaboração de um código de ética e o filósofo da moral, que está preocupado com a análise dos juízos morais: “Há uma distinção, que nem sempre é suficientemente bem marcada, entre a atividade de um moralista, que se volta para a elaboração de um código de Ética ou para encorajar sua observância e a atividade de um filósofo moral cujo interesse não é propriamente emitir juízos morais, mas sim analisar sua natureza” (AYER, 1954, p. 7).

II *Principia Ethica* e a crítica do normativismo ético

Já no Prefácio de *Principia Ethica*, Moore aponta para o objetivo da obra. Seu intento é distinguir entre dois tipos de proposições que sempre foram confundidas na Ética, a saber: as proposições que questionam sobre o valor intrínseco das coisas e as proposições que estabelecem que tipo de ações se deve praticar. Isso significa que a Ética deve analisar a natureza de uma proposição ética. Seu objetivo é fazer uma depuração da linguagem moral, visando uma Ética futura que se pretenda minimamente científica. O objetivo da obra é descobrir quais são os princípios fundamentais do raciocínio ético, querendo desvendar a linguagem moral, buscando uma clareza que ela não possui. Estabelecendo que o conceito ético fundamental é o bom, ele pretende fazer como Kant, uma “prolegomena para uma futura Ética que se pretenda minimamente científica” (MOORE, 1993, p. 35), e isto implica afastar-se da compreensão de ética como ciência prática preocupada unicamente em determinar a ação correta e geralmente determinando esta ação correta por uma falácia chamada de naturalista.

O esquema geral da obra divide-se em três eixos centrais: nos quatro primeiros capítulos, o objetivo é analisar o valor intrínseco de “bom” como uma realidade abstrata, desligada da esfera empírica: “bom” é simples, indefinível e inalisável e procura mostrar as teorias éticas que cometeram a falácia naturalista (determinação de bom por predicados naturais ou supra-temporais): naturalismo, hedonismo e metafísica. O capítulo cinco é dedicado a apontar o critério da melhor conduta pelo melhor resultado possível alcançado, o que implica em uma teoria de utilitarismo ideal. O último e sexto capítulo, trata de analisar aquilo que possui valor em si mesmo, a que coisas o predicado de bom pode se unir diretamente e apresenta a defesa dos ideais de amor e de arte como finalidade última. Isto é, apresenta três eixos: uma metafísica do valor intrínseco, que diz que só se pode intuir o que é o bom de uma certa maneira, um critério de conduta utilitarista-conseqüencialista e um “hedonismo” romântico com a defesa dos ideais de afetos pessoais e apreciação estética.

No Capítulo I (*The Subject-Matter of Ethics*), Moore define a Ética como uma investigação geral do que é bom e mau (Ética como ciência). Aponta para o erro das teorias éticas que confundiram duas esferas nos juízos éticos, esfera do que é bom e a esfera comportamental, querendo ocupar-se do bom comportamento sem explicar o que realmente é o “bom”, já que “bom comportamento” é uma expressão complexa. Quer fazer uma inflexão em rumo à teoria, à cientificidade em ética, abandonando o rumo tradicional da investigação no âmbito da filosofia prática. Defende que a Ética deve recobrir-se de cientificidade, apontando para a verdade e falsidade dos juízos éticos, devendo investigar o que é o bom em geral para só depois investigar qual é o bom comportamento (MOORE, 1993, I, 2). O caráter de cientificidade é requisito fundamental para se evitar erros e, assim, os juízos éticos serão analisados em sua especificidade a-histórica, não-contingente e em seu âmbito universal (MOORE, 1993, I, 1-4).

A questão mais fundamental de toda Ética passa a ser a definição do que é bom. “Bom” é definido como simples, indefinível e aquilo que tem valor intrínseco. “Bom” é o único objeto simples da Ética (MOORE, 1993, I, 5). É por esse razão que a Ética como ciência sistemática tem o objetivo de fornecer razões corretas para se considerar isto e aquilo como bom. Interessa o objeto ou idéia que, correta ou incorretamente, pensamos que a palavra significa. Dessa forma, o “bom” é indefinível e dizer isto é dizer que todas as proposições que dizem sobre o bom são sintéticas e nunca analíticas. Propõe

considerar o “bom” como um conceito simples, tal como “amarelo”, que também é um conceito simples (MOORE, 1993, I, 7), e isso porque não é possível explicar para alguém o que é o amarelo a não ser que a pessoa já saiba o que é, e também o bom não é possível explicar o que seja se a pessoa já não o souber. “Bom” e “amarelo” são conceitos simples e não podem ser divididos em partes, diferentemente do termo “cavalo” que pode ser dividido em partes, sendo complexo. Isso significa que “bom” não pode ser definido como “cavalo”, quando este é definido pela reunião de suas partes, já que bom não possui partes, não pode ser substituído por outros termos. Importa ressaltar que o “bom” (*good*) que não pode ser definido é “bom” como adjetivo de algo, mas se se pensa no “bem” como substantivo (*the good*), este pode ser definido, pois o “bom” que não admite definição é quando digo que uma coisa é boa porque é boa (MOORE, 1993, I, 9).

Moore esclarece o que significa a falácia naturalista: ela ocorre quando há uma definição de bom pelas outras propriedades que pertencem a todas as coisas que são boas: “E é um fato que a Ética tem por objetivo descobrir quais são essas outras propriedades que pertencem a todas as coisas que são boas. Mas a verdade é que um número excessivo de filósofos tem pensado que ao enumerar todas essas outras propriedades estava de fato a definir bom, que essas propriedades não eram ‘outras’, diferente, mas se identificavam total e absolutamente com bondade. A esta posição propomos que se dê o nome de ‘falácia naturalista’ e passamos a demonstrar o que é” (MOORE, 1993, I, 10). Sua crítica recai sobretudo ao naturalismo e ao hedonismo, pois afirmar que o bom é o prazer ou é o desejado é apenas afirmar uma tautologia que o prazer é prazer, pois “bom” está sendo identificado com as propriedades de prazer, que é, neste caso, ter felicidade, bem-estar. Por exemplo, se digo “O prazer é bom”, significa que o prazer é bom porque traz felicidade, e felicidade e bem-estar são as propriedades do prazer; assim, dizer que o prazer é bom porque traz felicidade é dizer que o prazer é o que traz felicidade, e isto é igual que dizer que prazer é o prazer.

O objetivo central da Ética é o conhecimento e não a prática e, por isso, aqueles que recorrem a falácia naturalista como Bentham não atingiram certamente este primeiro objetivo, por bastante corretos que possam ser os seus princípios práticos (MOORE, 1993, I, 14). O que Moore não cansa de afirmar é o âmbito da metaética como ciência depurativa da linguagem moral normativa. Antes que diga o que se deve fazer, é necessário investigar o que é o bom, o dever, o correto. O objeto do estudo da Ética é um objeto do

pensamento, simples e impossível de definir ou analisar. Todas as palavras que se tomam como sinalizando juízos éticos se referem a ele e apenas por essa referência que são consideradas juízos éticos. Todos os juízos éticos se referem de fato a essa noção única que se chama de “bom”, mas o fazem de duas formas distintas: se referem ao bom como meio e se referem ao bom como fim. O juízo ético que avalia algo como meio significa que faz um juízo relativo às suas relações causais. Nenhum juízo ético que afirma que um tipo de ação é bom enquanto meio para obter um certo tipo de efeito, poderá ser universalmente verdadeiro. Esses juízos asseveram que certas categorias de coisas produzem bons efeitos e apresentam as seguintes características: (1) se afirmam que a espécie de coisa em causa produz sempre bons efeitos, é pouco provável que sejam verdadeiros e (2) mesmo quando se limitam a dizer que os efeitos são geralmente bons, muitos deles são verdadeiros em relação a um determinado período histórico. Há também os juízos éticos que afirmam que certas categoria de coisas são boas em si mesmas e são universalmente verdadeiras.

Moore aponta que, em geral, as teorias éticas não se detiveram nesta diferença entre juízos de relação causal e juízos de valor intrínseco. Mostra que a finalidade principal e específica da Ética é o de determinar que coisas têm valor intrínseco e em que grau, e que isto não foi analisado de maneira apropriada pelas diversas teorias normativas. Por outro lado, também a discussão dos meios foi negligenciada, por não se identificar a sua relação dos meios com os valores intrínsecos (MOORE, 1993, I, 17). Por fim, apresenta o princípio das unidades orgânicas, que afirma que ao se ter em conta os diferentes graus em que as coisas em si possuem uma propriedade, deve-se considerar que um todo pode possuí-la num grau diferente daquele que seria obtido pela mera soma dos graus de suas partes, possuindo o todo um valor intrínseco diferente da soma dos valores de suas partes (MOORE, 1993, I, 18-23).

Passa para uma análise das teorias éticas do bom em si mesmo que cometeram a falácia naturalista nos capítulos II, III e IV. Aponta dois grupos de teorias que definem o bom como tendo relação com outra coisa: 1) definição do bom em função de um objeto natural (naturalismo e hedonismo) e 2) definição do bom em função de um objeto metafísico (ética metafísica). No Capítulo II (*Naturalistic Ethics*), investiga as teorias éticas que defendem a posição de que nada tem valor intrínseco se não possuir qualquer propriedade natural que não seja o prazer. O método das teorias naturalistas consiste na

substituição de bom por uma propriedade qualquer de um objeto natural, substituindo a Ética por qualquer das ciências naturais. De forma geral, tanto a psicologia como a sociologia são colocadas no lugar da Ética. São naturalistas as teorias que proclamam que o único bem consiste numa dada propriedade de coisas que existe no tempo, contingentemente, com base na suposição de que o próprio “bom” pode ser definido em função dessa propriedade.

As teorias que defenderam o viver de acordo com a natureza, que afirmaram que a natureza é boa, como os estoícos ou Rousseau, cometeram uma falácia ao afirmar que algo é bom porque é natural, porque o natural é apenas o que é, é a norma ou o necessário, não determinando necessariamente o que deve ser. O principal alvo de Moore é criticar a Ética Evolucionista de Spencer, que defende que o curso da evolução, na medida em que nos mostra a direção que estamos a evoluir nos mostra também a direção que devemos evoluir. Quer dizer, ela procura inferir o dever ser a partir do ser, isto é, busca deduzir juízos normativos de juízos descritivos. Comete a falácia ao imaginar que “agradável” ou “produzindo prazer” é o significado mesmo da palavra “bom”. O argumento repousa no entendimento que o prazer é o único bem e que a análise da direção em que se dá a evolução, é o melhor critério de como se alcançar o máximo de prazer (naturalismo hedonista), em que ser melhor significa ser mais evoluído. Conclui este capítulo com a formulação da falácia naturalista nestes termos: “falácia que consiste em identificar o conceito simples que entendemos por “bom” com outro conceito qualquer” (MOORE, 1993, II, 35). Por isso, os princípios fundamentais da Ética devem ser sintéticos, que afirmem coisas e devem ser detentores da bondade, do que possui valor intrínseco.

O ponto central do Capítulo III (*Hedonism*) é apontar que não é possível a demonstração das questões relativas aos fins últimos, sendo o que tudo o que seja bom como fim deve se reconhecer que é bom sem prova, sem demonstração, o que implica assumir um certo tipo de intuicionismo, pois deve-se intuir o bom assim como se percebe o amarelo. O Hedonismo comete a falácia naturalista por querer provar, demonstrar que o prazer é o bom como fim (finalidade). O Hedonismo deve ser definido como a doutrina que defende que o prazer é a única coisa boa em si mesma, tendo os seus representantes em Aristipo (Escola Cirenaica), Epicuro (Epicuristas), Bentham e Mill (Utilitaristas). Moore não discorda das conclusões práticas do utilitarismo hedonista, apenas discorda das razões com que apóiam as suas conclusões. Como sua intenção é alcançar o conhecimento, isto é, o

pensamento moral correto e, assim, chegar a alguma verdade, tem que demonstrar em que ponto desta teoria se encontra a falácia naturalista.

Moore critica, sobretudo, o *Utilitarianism* de Mill e demonstra que ele incorre em falácia ao identificar “desejável” com “desejado” e que o prazer não é o único objeto do desejo. O Hedonismo é visto como uma Intuição e analisa: (1) que pelo fato de Mill admitir que alguns prazeres são inferiores a outros em qualidade implica que se trata de uma Intuição e que ela é falsa; (2) que Sidwick não distingue entre “prazer” e “consciência de prazer”, e que é absurdo considerar o “prazer” como único bem; (3) que parece absurdo considerar “a consciência do prazer” como o único bem, uma vez que, se assim fosse, um mundo onde não existisse mais nada, podia ser absolutamente perfeito. Moore demonstra que as duas espécies principais de Hedonismo – o Egoísmo e o Utilitarismo – são diferentes entre si e estão em contradição um com o outro, pois o egoísmo sustenta que “o meu máximo prazer é o único bem”, enquanto que o utilitarismo defende que “o máximo prazer de todos é o único bem”. Aponta que a plausibilidade do Egoísmo deveu-se ao fato de não se ter identificado esta contradição e, também, pelo fato de se ter confundido o Egoísmo enquanto doutrina de fins e enquanto doutrina de meios (MOORE, 1993, III, 65). Importa ressaltar que Moore está afirmando a tese do utilitarismo consequencialista, em que a conduta deve ser julgada correta ou incorreta a partir de seus resultados e não a partir de uma intuição sobre o que é “bom”, já corrigindo, assim, os problemas decorrentes do utilitarismo hedonista.

No Capítulo IV (*Metaphysical Ethics*), a análise crítica de Moore recai sobre as teorias éticas que utilizam-se de uma fundamentação metafísica de bom. Aponta que as teorias éticas metafísicas utilizam-se de uma proposição metafísica como base para inferir uma proposição fundamental da Ética, derivando as verdades éticas das verdades metafísicas. Por metafísica, Moore compreende o que tem relação com a realidade suprasensível e não com a natureza e que trata de verdades que não são fatos naturais (MOORE, 1993, IV, 66). Estas teorias descrevem o Bem Supremo em termos metafísicos. A ética metafísica afirma que aquilo que seria perfeitamente bom é algo que existe, mas não é natural, como, por exemplo, para os estóicos, a natureza perfeita, para Espinosa, a substância única e para Kant, o Reino dos Fins. O objetivo central foi demonstrar que esta argumentação metafísica não pode ter qualquer influência lógica na resposta à questão ética essencial, que é a de saber o que é bom em si mesmo, e isto porque a noção de “bom” não é

passível de análise nem definição. Ela pode ter influência na ética prática, para responder a questão do que devemos fazer, na medida em que pode informar sobre os efeitos futuros das ações, apenas o que não pode dizer é se esses efeitos são bons ou maus em si mesmos. Em geral, estas teorias confundem a proposição de que uma coisa existente é boa com a proposição de que a existência dessa espécie de coisa seria boa, onde quer que pudesse ocorrer. O ponto central da defesa metafísica identifica “bom” como algo que deve denotar alguma propriedade real das coisas, e isto em razão de duas doutrinas errôneas, a lógica e a epistemológica. A doutrina lógica defende que todas as proposições afirmam uma relação entre existentes. Moore procurou mostrar a falácia que é tentar a assimilação das proposições éticas pelas leis naturais ou por ordens. A doutrina epistemológica afirma que ser bom é equivalente a ser desejado de um modo particular: o que é bom é sempre desejado também, de certa forma, e o que é desejado de certa forma, é sempre bom também. Moore aponta que não reconhecem que a pergunta “o que é bom?” é distinta da questão “o que é desejado de uma certa forma?” e, de uma certa maneira, consideram a vontade como critério da bondade de forma absoluta (MOORE, 1993, IV, 85).

Nos dois últimos capítulos de *Principia Ethica* (Capítulo V - *Ethics in Relation to Conduct* e VI - *The Ideal*), Moore procura elaborar uma teoria ética substantiva, descrevendo o que se deveria fazer e os principais tipos de coisas que possuem valor intrínseco. Os capítulos anteriores são passos preliminares básicos para a realização desta tarefa, uma vez que considera que apenas a partir de um entendimento dos conceitos éticos fundamentais se pode elaborar uma teoria ética propriamente científica. Entretanto, considera que não é necessário este conhecimento nem ele poderia ser utilizado de forma mais séria na decisão sobre o como devemos agir. Moore parece defender um utilitarismo ideal consequencialista como parte de uma ética substantiva que entende que o critério de correção de uma ação é dado pela avaliação das consequências desta ação. A ação é correta ou moralmente válida se propiciar o melhor resultado possível, como o máximo bem possível, o que implica considerar que é o melhor resultado possível, pois é dependente de várias ações que são igualmente possíveis. Creio que o ponto central é evidenciar seu desacordo com uma ética deontológica, como a kantiana, que utiliza como critério de correção um dever universal que deve ser reconhecido pelo próprio sujeito autônomo. É por isso que Moore precisa estabelecer uma identificação entre as ações e os deveres.

A questão ética sobre o que devemos fazer envolve um método de investigação empírico para a descoberta das causas. A pergunta sobre a ação correta implica a pergunta pelos efeitos que a ação produziria, o que reinsere a questão ao âmbito da ética prática. Parte da idéia de que as leis morais são meras declarações de que certos tipo de ações terão efeitos bons. Quer mostrar que correto significa a causa de um bom resultado e, sendo assim, é idêntico a útil, o que implica considerar que o fim justificará sempre os meios. Com isso, se identifica que a ação correta é aquela que causará maior bem no universo do que qualquer outra alternativa, sendo os deveres, ações que trazem a maior soma possível de bens. Isto implica que nenhuma lei moral é evidente por si mesma, requerem sempre uma prova, o que está fora do alcance de nossos meios de conhecimento presente, o que já invalida a tese do intuicionismo ético (MOORE, 1993, V, 90). Para Moore, para se saber o que deve ser feito há que se conhecer todas as conseqüências das ações que se apresentam disponíveis; e uma vez que pensa que não possuímos esse conhecimento, não há nenhuma razão para supor que uma ação é o nosso dever (MOORE, 1993, V, 93). Dessa forma, o máximo que se pode alcançar é um conhecimento usual, que vale na maior parte das vezes, um entendimento de segunda ordem de quais ações são geralmente melhores como meios do que qualquer alternativa provável (MOORE, 1993, V, 94). Moore está empenhado em mostrar que uma lei ética é sempre uma generalização, não podendo ser considerada enquanto com validade universal. Defende que é possível identificar a maioria dessas ações sem um conhecimento detalhado de valor intrínseco, afirmando de maneira geral as regras morais de senso comum: “Em qualquer opinião comum, parece certo que a sociedade civilizada, a que estas regras são absolutamente indispensáveis, é necessária para a existência, em qualquer grau de grandeza, do que quer que possa ser tido como bom em si” (MOORE, 1993, V, 95), assumindo uma postura conservadora ao assumir a moralidade de senso comum em sua teoria normativa.

É decepcionante que toda a radical crítica anterior, empenhada em apontar as falácias naturalista e metafísica das principais teorias éticas nos oportunizou apenas um resultado bem magro, a saber, apenas um conservadorismo moral acrítico que somente legitima a moralidade vigente. Embora Moore critique os moralistas (filósofos morais que cometem a falácia naturalista) por apenas formularem regras de conduta, quando deveriam analisar as coisas que têm valor intrínseco e em que grau o possuem, parece

que também, antes mesmo de estabelecer o que possui valor intrínseco, orienta a conduta para aceitação das regras morais compartilhadas socialmente, sendo também culpado deste déficit. Entretanto, há uma exceção a esse conservadorismo a partir da valorização da escolha individual do valor das conseqüências de possíveis linhas de ação, quando surge uma questão prática que não é abrangida por uma regra convencional cuja utilidade é defensável. Contudo, quando há uma regra geral adequadamente defensável, Moore é tão rigorista como qualquer moralista tradicional: “Deste modo, podemos afirmar que qualquer regra que seja útil em geral dever ser sempre cumprida” (MOORE, 1993, V, 99). Aqui podemos identificar um conflito entre entendimento objetivo da obrigação, oportunizado pela situação e entendimento subjetivo de obrigação, tema que foi tratado por Russel. Por fim, Moore faz referência que as ações que geralmente são chamadas de deveres não preenchem muito mais as condições éticas do que as ações convenientes ou de interesse, sendo os deveres algo que é bom apenas como meio e não como fim. Da mesma forma, as virtudes são boas como meios, são disposições habituais para praticar ações que são deveres nesse sentido restrito (MOORE, 1993, V, 106).

No último capítulo (VI - *The Ideal*), Moore quer responder a questão sobre que coisas são bens ou fins em si mesmos, quer saber sobre o que é bom em si mesmo num grau elevado, isto é, quer responder a questão sobre que coisas têm valor intrínseco e em que graus o possuem (MOORE, 1993, VI, 110). Para tanto, utilizará o método do isolamento absoluto que quer estabelecer que coisas que, se existirem por si mesmas, deveríamos julgar como boas e que valor comparativo parece ligar-se a existência isolada de cada uma. Assim diz que é fácil ver que as coisas valorosas são certos estados da consciência que podem ser descritos como o prazer advindo dos afetos pessoais e da apreciação estética: “As coisas mais valorosas que conhecemos e podemos imaginar são, sem dúvida, certos estados de consciência que se podem descrever genericamente como os prazeres das relações humanas e o gozo dos objetos belos” e “constituem o fim último e racional da ação humana e o único critério do progresso social” (MOORE, 1993, VI, 113). Embora esses valores já tivessem sido afirmados pelo romantismo inglês, o mérito de Moore foi inserir os ideais de amizade e apreciação estética ao utilitarismo, que geralmente foi visto como em oposição à estes valores.

As coisas intrinsecamente boas ou más são variadas e são em sua maioria “unidades orgânicas”. Assim, o único meio para decidir sobre seu

valor intrínseco e respectivos graus é o que passa por uma especificação exata e cuidadosa da coisa a qual recai a nossa análise, seguida de uma investigação da presença ou ausência na mesma do predicado único “bom” em qualquer dos seus diferentes graus” (MOORE, 1993, VI, 134). A conquista da amizade e a contemplação do que é belo na natureza ou na arte constitui-se como quase o único fim e, provavelmente, o único fim justificável da ação humana e critério de ordem social.

Considerações Finais

Após essa pequena exposição das linhas gerais do *Principia Ethica*, gostaria de chamar atenção para dois problemas que me parecem cruciais na teoria ética de Moore. Em primeiro lugar, é que as suas três posições centrais, a saber, a metafísica do valor intrínseco (“intuicionismo”), o utilitarismo-conseqüencialista e o “hedonismo” afetivo e estético, são logicamente independentes umas das outras. Não haveria nenhum problema de coerência se alguém afirmasse uma e negasse as outras duas. É possível ser utilitarista-conseqüencialista sem ser intuicionista, bem como não seria absurdo afirmar o intuicionismo sem aceitar incondicionalmente o utilitarismo. Também, tanto o intuicionista como o utilitarista não estariam obrigados a apoiar os valores da amizade e da arte como finalidade única da ação humana. Dessa forma, pode-se identificar que tanto o “intuicionismo”, o utilitarismo e o “hedonismo”, defendidos por Moore, não contam com uma fundamentação mais vigorosa (objetiva), encontrando sua referência apenas na determinação do sujeito a partir de suas emoções, o que implica alguma fragilidade em sua teoria e, também, já antecipa algumas das principais teses anti-objetivistas do emotivismo.

Outro aspecto importante é a sua insistência por transformar a ética em uma ciência teórica, com a finalidade de depuração da linguagem moral, visando uma maior cientificidade da moral. Entretanto, na parte substantiva da obra, procura estabelecer o critério de conduta conseqüencialista, bem como determinar as coisas que possuem valor intrínseco de uma forma puramente persuasiva, reintroduzindo sub-repticiamente a ética para o âmbito prático, agora com uma aproximação a uma esfera anti-objetivista ou até quase irracionalista. Na esfera da conduta, a ação deve ser julgada pelos seus resultados, quando comparada com as conseqüências de possíveis atos alternativos. Mesmo vendo vantagens nesta nova formulação utilitarista que

prescinde da fundamentação hedonista, segue-se que nenhum ato é sempre certo ou errado como tal. Tudo, seja o que for, pode ser permitido sob certas circunstâncias, sendo sempre um meio para alguma finalidade, o que implica em assumir uma posição um tanto quanto conservadora, pois assimila toda a moral de senso comum, não oportunizando algum critério objetivo para a determinação da correção da ação (ver DALL'AGNOL, 2005, p. 342). Concordando com Thomas Baldwin, há uma passagem de um ceticismo moral completo a um conservadorismo moral um tanto acético (BALDWIN, 1993, III). Na esfera dos valores intrínsecos, as idéias de amor e arte tem uma importância significativa, sobretudo se pensado historicamente, pois introduziu os valores românticos defendidos pelo grupo Bloomsbury na tradição utilitarista. Entretanto, não há nenhuma justificativa para considerá-los como finalidade única da ação humana e critério do progresso social, excluindo valores sociais e políticos como a individualidade e cidadania, por exemplo. Como bem sublinhado por MacIntyre, há um forte subjetivismo na teoria de Moore, o que implica assumir uma postura cética, no momento em que afirma valores que são reconhecidos contingentemente, não oferecendo nenhum critério objetivo para a fundamentação desses mesmos valores (MACINTYRE, 2002, p. 12-20).

Referências bibliográficas

- AYER, A. J. In NOWELL-SMITH, P.H. *Ethics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1954.
- BALDWIN, T. Editor's introduction. In: MOORE, G. E. *Principia Ethica*. 2. ed. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1993.
- BENTHAM, J. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- DALL'AGNOL, D. *Valor Intrínseco: metaética, ética normativa e ética prática em G. E. Moore*. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.
- GUERREIRO, M. "A Transição da Ética para Meta-ética". *An. Fil. São João del-Rei*, n.10, jul, 2003: 151-164.
- HARE, R. M. *The Language of Morals*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- _____. *Essays in Ethical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HUME, D. *An Enquiry Concerning the Principles of Morals*. Edited by Tom L. Beauchamp. Oxford: Oxford University Press, 1998
- KANT, I. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Erlagen: Fischer, 1984.
- MILL, J. S. *Utilitarianism, Liberty, and Representative Government*. London; New York: J. M. Dent: E. P. Dutton, 1947.
- MAcINTYRE, A. *After Virtue. A Study in Moral Theory*. 2. ed. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2002.
- MOORE, G. E. *Principia Ethica*. Thomas Baldwin (Ed.). 2. ed. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1993.
- _____. *The Conception of Intrinsic Value*. In: *Principia Ethica*. Thomas Baldwin (Ed.). 2. ed. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1993, p. 280-298.

_____. *Free Will*. In: *Principia Ethica*. Thomas Baldwin (Ed.). 2. ed. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1993, p. 299-311.

RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971.

SIDGWICK, H. *The Methods of Ethics*. Indianápolis: Hackett, 1907.

SINGER, P. (Ed.). *A Companion to Ethics*. Oxford: Blackwell, 1991.

TUGENDHAT, E. *Vorlesungen über Ethik*. Frankfurt am Maim: Suhrkamp, 1993.

E-mail: deniscoitinhosilveira@gmail.com

Recebido: janeiro/2009

Aprovado: abril/2009